



**DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS**  
**Serviço de Contas Satélite**

**DOCUMENTO METODOLÓGICO**

**CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA**  
**Base 2000**

**Código: 91**  
**Versão: 1.0**

**Maio 2008**

## **DOCUMENTO METODOLÓGICO**

### **ÍNDICE**

|                         |          |
|-------------------------|----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b> | <b>5</b> |
|-------------------------|----------|

#### **I - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

|  |    |
|--|----|
| <b>.....6</b>  |    |
| 1. CÓDIGO/ VERSÃO/ DATA .....                                | 6  |
| 2. CÓDIGO SIGINE .....                                       | 6  |
| 3. DESIGNAÇÃO.....   | 6  |
| 4. ACTIVIDADE ESTATÍSTICA.....                               | 6  |
| 5. OBJECTIVOS.....   | 6  |
| 6. DESCRIÇÃO.....  | 7  |
| 7. ENTIDADE RESPONSÁVEL.....                                 | 9  |
| 8. RELACIONAMENTO COM O EUROSTAT/ OUTRAS ENTIDADES .....     | 9  |
| 9. FINANCIAMENTO.....  | 9  |
| 10. ENQUADRAMENTO LEGAL.....                                 | 9  |
| 11. OBRIGATORIEDADE DE RESPOSTA .....                        | 9  |
| 12. TIPO DE OPERAÇÃO ESTATÍSTICA.....                        | 10 |
| 13. TIPO DE FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS NA OPERAÇÃO..... | 10 |
| 14. PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO.....             | 10 |
| 15. ÂMBITO GEOGRÁFICO .....                                  | 10 |
| 16. UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO .....                         | 10 |
| 17. DATA DE INÍCIO/ FIM .....                                | 11 |

|   |           |
|---|-----------|
| 18. PRODUTOS.....                                 | 11        |
| <b>II – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA.....</b>      | <b>14</b> |
| 19. POPULAÇÃO .....                               | 14        |
| 20. BASE DE AMOSTRAGEM.....                       | 14        |
| 21. UNIDADES AMOSTRAIS .....                      | 14        |
| 22. UNIDADES DE OBSERVAÇÃO .....                  | 14        |
| 23. DESENHO DA AMOSTRA.....                       | 14        |
| 24. DESENHO DO QUESTIONÁRIO.....                  | 14        |
| 25. RECOLHA DE DADOS.....                         | 14        |
| 26. TRATAMENTO DOS DADOS.....                     | 16        |
| 27. TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS.....              | 29        |
| 28. ESTIMAÇÃO E OBTENÇÃO DE RESULTADOS.....       | 29        |
| 29. SÉRIES TEMPORAIS.....                         | 29        |
| 30. CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS.....              | 29        |
| 31. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE ESTATÍSTICA.....       | 29        |
| 32. RECOMENDAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS..... | 30        |
| <b>III – CONCEITOS.....</b>                       | <b>31</b> |
| <b>IV – CLASSIFICAÇÕES.....</b>                   | <b>37</b> |
| <b>V – VARIÁVEIS.....</b>                         | <b>38</b> |
| 33. VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO.....                  | 38        |
| 34. VARIÁVEIS DERIVADAS.....                      | 38        |
| 35. INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR.....              | 42        |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>VI – SUPORTES DE RECOLHA.....</b>           | <b>43</b> |
| 36. QUESTIONÁRIOS.....                         | 43        |
| 37.FICHEIROS.....                              | 43        |
| <br><b>VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....</b> |           |
| .....  | <b>43</b> |
| <br><b>VIII – BIBLIOGRAFIA.....</b>            | <b>45</b> |
| <br><b>ANEXO.....</b>                          | <b>46</b> |

## **INTRODUÇÃO**

As Contas Económicas da Silvicultura (CES) constituem uma Conta Satélite, o que lhes confere uma certa autonomia, apesar de contribuírem com informação para o Sistema de Contas Nacionais. São contas que caracterizam economicamente o ramo da 'Floresta, Exploração Florestal e Serviços Relacionados', através da determinação das principais rubricas e agregados económicos, como definido no Manual das Contas Económicas da Agricultura e Silvicultura 97, Rev. 1.1, edição de 2000, Eurostat. Neste manual são estabelecidos, de forma detalhada para a área da Silvicultura, os conceitos, as nomenclaturas e as normas metodológicas inscritas no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95). Este define e uniformiza, a nível europeu, os princípios orientadores a seguir por todos os Estados Membros da União Europeia.

Os primeiros trabalhos de implementação do projecto "Contas Económicas da Silvicultura" decorreram nos anos de 1990 e 1991.

Em 1991 foram disponibilizados os primeiros resultados, para uma série de anos 1980-1989 (Base 77) e, em 1992, valores para o período 1987-1991 (Base 77).

A partir de 1992, as CES não tiveram prossecução, devido às reconhecidas escassez e deficiente qualidade da informação para se proceder ao estabelecimento das principais rubricas. Apenas em 2002 os trabalhos foram retomados para a implementação da Base 95. Em 2005 foi implementada a Base 2000.

## **I – CARACTERIZAÇÃO GERAL**

### **1. Código/ versão/ data**

Cód. 91/ versão 1.0/ Maio 2008

### **2. Código SIGINE**

49119.

### **3. Designação**

Contas Económicas da Silvicultura (CES).

### **4. Actividade Estatística**

D – Economia e Finanças

504 – Quadros complementares e contas satélite

537 – Contas Económicas da Silvicultura

### **5. Objectivos**

- Apresentar um quadro sistemático, comparável e o mais completo possível da actividade económica da Silvicultura, que possa servir de base a análises, previsões e tomada de decisões;
- Contribuir com informação para o Sistema de Contas Nacionais, nomeadamente para os Ramos 01 (Agricultura) (produção de plantas florestais de viveiro) e 02 (Silvicultura);
- Calcular uma série de rubricas, em volume e valor (a preços correntes e preços do ano anterior):

- Produção da Silvicultura, no seu conjunto composta por bens e serviços silvícolas;
- Consumo Intermédio;
- Consumo de capital fixo (CCF), Subsídios, Impostos, Rendas, Juros e Remunerações;
- Estabelecer alguns agregados económicos, dos quais se destacam Valor Acrescentado Bruto (VAB), Excedente Líquido de Exploração ou Rendimento dos Factores e Rendimento Empresarial Líquido (REL);
- É ainda possível determinar outros indicadores económicos, nomeadamente de rendimento por unidade de mão-de-obra: Indicadores A, B e C, descritos a seguir;

*INDICADOR A* = Variação em %  $(n+1)/n$  do Valor Acrescentado Líquido a preços de base, real, por Volume de Mão-de-Obra Silvícola Total

*INDICADOR B* = Variação em %  $(n+1)/n$  do Rendimento Líquido da Actividade Silvícola para a Mão-de-Obra Total, real, por Volume de Mão-de-Obra Silvícola Total

*INDICADOR C* = Variação em %  $(n+1)/n$  do Rendimento Líquido da Actividade Silvícola para a Mão-de-Obra Familiar, real, por Volume de Mão-de-Obra Silvícola Familiar

Onde:

Volume de Mão-de-Obra Silvícola é equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo, na Silvicultura, realizado num mesmo ano.

## 6. Descrição

Os trabalhos que permitem calcular as rubricas e as variáveis das CES podem resumir-se em: recolha, compilação, análise e tratamento da

informação de base, com vista a obter, de acordo com a metodologia definida a nível comunitário, os agregados e indicadores macroeconómicos fundamentais para a Silvicultura.

As CES constituem, assim, um estudo estatístico, realizado anualmente e de âmbito nacional. As fontes de informação são procedimentos administrativos, outras operações estatísticas (inquéritos, estimativas) e outras (informações de peritos), que, de um modo geral, fornecem informação por via electrónica.

Não sendo exaustivo, pode apresentar-se o seguinte quadro com as principais rubricas das CES e as relações que se estabelecem entre elas:

|    |   |
|----|---|
| 1  | Produção de Madeira para Fins Industriais                   |
| 2  | Produção de Outros Produtos                                 |
| 3  | Produção de Serviços Silvícolas                             |
| 4  | Produção do Ramo Silvícola (1+2+3)                          |
| 5  | Consumo Intermédio  |
| 6  | Valor Acrescentado Bruto a preços de base (4-5)             |
| 7  | Consumo de Capital Fixo                                     |
| 8  | Valor Acrescentado Líquido a preços de base (6-7)           |
| 9  | Remuneração dos Assalariados                                |
| 10 | Outros Impostos sobre a Produção                            |
| 11 | Outros Subsídios à Produção                                 |
| 12 | Rendimento dos Factores (8-10+11)                           |
| 13 | Excedente Líquido de Exploração/<br>Rendimento Misto (12-9) |
| 14 | Rendas a Pagar  |
| 15 | Juros a Pagar   |
| 16 | Rendimento Empresarial Líquido<br>(13-14-15)                |



## 7. Entidade Responsável

Departamento de Contas Nacionais

Serviço de Contas Satélite

Técnico Responsável:

Paula Valério

Tel.: 21 8426100; Ext. 3272

Fax: 21 8426351

E-mail: [paula.valerio@ine.pt](mailto:paula.valerio@ine.pt)

## 8. Relacionamento com o Eurostat/ Outras entidades

Sector responsável do EUROSTAT: Direcção E3

Técnico de Contacto:

Elisabeth Mollgaard

Tel.: (+352) 4301 33254

Fax: (+352) 4301 30039

E-mail: [Elisabeth.mollgaard@ec.europa.eu](mailto:Elisabeth.mollgaard@ec.europa.eu)

## 9. Financiamento

INE.

## 10. Enquadramento Legal

Sem enquadramento legal específico, sendo as CES elaboradas na base de um “*gentlemen agreement*”.

## 11. Obrigatoriedade de resposta

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

Actividade classificada com prioridade 1.

## **12. Tipo de operação estatística**

Estudo estatístico (estimativas e cálculos com variáveis primárias, dos quais resultam variáveis derivadas).

## **13. Tipo de fontes de informação utilizadas na operação**

- Procedimentos administrativos
- Outras operações estatísticas
- Outras

## **14. Periodicidade de realização da operação**

Anual.

## **15. Âmbito geográfico da operação**

País.

## **16. Utilizadores da Informação**

Os principais utilizadores da informação das CES, os quais fazem uso de toda a informação, são:

- a) Nacionais

- Administração Pública Central: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP); Serviços Autónomos da Administração Central – Universidades;
- Sociedades não financeiras – Empresas do Sector Florestal;
- Instituições ou associações sem fim lucrativo – Associações ligadas ao Sector Florestal;
- Pessoas singulares – Estudantes e investigadores.

b) Comunitários e Internacionais

- União Europeia – Instituições da UE: Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias.

## 17. Data de Início/Fim

Os primeiros trabalhos de implementação do projecto “Contas Económicas da Silvicultura” decorreram nos anos de 1990 e 1991. O primeiro ano de referência da informação é 1980 (Base 77).

## 18. Produtos

Padrão de qualidade: 12 meses após o final do ano de referência da informação, ou seja, o mês de Dezembro (31 de Dezembro) para conclusão dos resultados desta conta e disponibilização ao EUROSTAT.

Em 31 de Dezembro do Ano N:       $CES_{N-1} P$   
    $CES_{N-2} D$

onde: P = valores provisórios

D = valores definitivos

Destacam-se os seguintes produtos:

- a) Designação - Publicação 'Estatísticas Agrícolas' (Base 77, Base 95 e Base 2000)

Tipo de produto – Publicação;

Periodicidade de disponibilização – Anual;

Nível geográfico – País;

Tipo de disponibilização – Sujeito a tarifação (em papel) e não sujeito a tarifação (via electrónica);

Utilizadores – Nacionais: Todos os indicados no ponto 16.

- b) Designação - Publicação 'Folha de Informação Rápida – FIR' (Contas Económicas da Silvicultura, Base 77 - e Contas Económicas da Agricultura e Silvicultura, Base 77)

Tipo de produto – FIR;

Periodicidade de disponibilização – Não periódica;

Nível geográfico – País;

Tipo de disponibilização – Sujeito a tarifação (em papel);

Utilizadores – Nacionais: Todos os indicados no ponto 16.

- c) Destaques para a Comunicação Social e Quadros de informação (Base 95, Base 2000)

Tipo de produto – Destaque;

Periodicidade de disponibilização – Anual;

Nível geográfico – País;

Tipo de disponibilização – Não sujeito a tarifação;

Utilizadores – Todos os indicados no ponto 16.

d) Quadros internacionais de transmissão *standardizados* (Base 95 e Base 2000 – EUROSTAT)

Tipo de produto – Quadros pré-definidos (questionário internacional);

Periodicidade de disponibilização – Anual;

Nível geográfico – País;

Tipo de disponibilização – Situação semelhante a Protocolo (gentlemen agreement);

Utilizadores – Todos os indicados no ponto 16.

## **II – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA**

### **19. População**

O Universo das CES coincide com o Universo de referência e é constituído por todas as Unidades de Actividade Económica Local (UAEL – explorações silvícolas) da divisão 02 da NACE rev.1.1 (“Silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços relacionados”), à excepção das actividades de produção de materiais vegetais para entrançar (vime), de plantas (em viveiro) de vinhas e de árvores de fruto e cultura de árvores de Natal.

**20. Base de amostragem:** não aplicável.

**21. Unidades amostrais:** não aplicável.

**22. Unidade (s) de observação:** não aplicável.

**23. Desenho da amostra:** não aplicável.

**24. Desenho do questionário:** não aplicável.

### **25. Recolha de dados**

As fontes de informação utilizadas nas CES podem ser estruturadas e caracterizadas da seguinte forma:

# Contas Económicas da Silvicultura – Base 2000

## Documento Metodológico

| Fontes de Informação - Variáveis Primárias                  |                               |   |  |   |  |   |   |                                 |  |
|---|-------------------------------|---|--|---|--|---|---|---------------------------------|--|
| Operação estatística  | Tipo de Fonte                 | Organismo responsável   | Variáveis  | Objectivos  | Vantagens  | Desvantagens  | Forma de apropriação                    | Período de referência dos dados | População alvo da operação   |
| Inquérito anual à produção industrial (IAP)                 | Outras operações estatísticas | INE   | Quantidades e valores de compras e consumos de matérias-primas   | Contribuir com informação para a produção de madeira, cortiça, resina (em volume e valor)   | Detalhe dos produtos   | Divulgação de resultados tardia relativamente ao calendário das CES     | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Empresas classificadas no ramo 15  |
| Estatísticas do comércio internacional                      | Outras operações estatísticas |   | Quantidades e valores de importação e exportação   | Contribuir com informação para produção, consumo intermédio e FBCF de alguns produtos   | Informação atempada  | Dificuldade em aferir qualidade da informação                           | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Empresas exportadoras ou importadoras  |
| Inquérito às empresas simplificado (IES)                    | Outras operações estatísticas |   | Prestação de serviços  | Contribuir com informação para produção e consumo intermédio  | -  | Quebra de série   | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Empresas do Ramo 02  |
| Índice de preços no consumidor                              | Outras operações estatísticas |   | Índice de preços no consumidor   | Contribuir com informação de evolução de preços para alguns produtos  | Informação atempada  | Informação muito agregada   | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Famílias   |
| Inquérito ao emprego  | Outras operações estatísticas |   | Volume de trabalho   | Contribuir com informação para cálculo da rubrica 'Volume de mão-de-obra silvícola'   | -  | Informação muito agregada   | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Famílias   |
| Contas dos Ramos de Actividade                              | Outras                        |   | Informação definitiva relativa a Produção, Consumo Intermédio, Subsídios, Impostos, Remunerações, FBCF | Contribuir c/ informação para cálculo da informação def. de Produção, Consumo Intermédio, Subsídios, Impostos, Remunerações, FBCF | Detalhe da informação e harmonização com informação das CES    | Desfasamento temporal relativamente às CES                              | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | -  |
| Contas Trimestrais  | Outras                        |   | SIFIM  | Cálculo de SIFIM  | Informação atempada  | Informação com pouco detalhe  | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | -  |
| Contas Trimestrais  | Outras                        |   | Informação relativa a Contribuição Autárquica e IMI  | Cálculo de impostos   | Informação atempada  | Informação com pouco detalhe  | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Famílias e empresas  |
| -   | Procedimento Administrativo   | DGRF  | Quantidade de Plantas florestais de viveiro sujeitas a certificação                                    | Contribuir com informação para a produção e consumo intermédio de plantas de viveiro  | Qualidade e nível de detalhe da informação                     | -   | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano e mês                       | Viveiristas públicos e privados  |
| -   | Outras operações estatísticas |   | Quantidade removida e preço de madeira e cortiça   | Contribuir com informação para a produção de madeira e cortiça (em volume e valor)  | Colmatar a falta generalizada de fontes de informação          | Reduzida qualidade e atraso na divulgação face ao ano de referência     | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Primeiros transformadores da madeira e cortiça; produtores de cortiça; outros informadores |
| Inquérito às indústrias de primeira transformação da resina | Outras operações estatísticas |   | Quantidade e preço de resina   | Contribuir com informação para a produção de resina (em volume e valor)   | Colmatar a falta generalizada de fontes de informação          | Reduzida qualidade e atraso na divulgação face ao ano de referência     | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Primeiros transformadores da resina  |
| SICOP   | Outras operações estatísticas |   | Cotações de madeira, cortiça e resina  | Contribuir com informação para o cálculo dos preços dos produtos florestais   | Colmatar a falta de fontes de informação atempadas             | Fonte de informação descontinuada actualmente                           | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Produtores florestais  |
| -   | Outras operações estatísticas |   | Crescimento das florestas  | Contribuir com informação para a produção de madeira e cortiça (em volume e valor)  | Fonte única para variável com grande peso relativo na produção | Fonte de informação descontinuada actualmente                           | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | -  |
| Inventário Florestal Nacional (IFN)                         | Outras operações estatísticas |   | Superfícies florestais por espécie e por escalões de dimensão das árvores                              | Contribuir com informação para o crescimento das florestas  | Qualidade e nível de detalhe da informação                     | Resultados divulgados insuficientemente detalhados                      | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Superfícies florestadas  |
| -   | Procedimento Administrativo   | Banco de Portugal   | Crédito (não titulado) a empresas não financeiras do Ramo Silvicultura - Total de Outras IFM           | Contribuir com informação para cálculo da informação de Juros Pagos   | Informação atempada  | Informação com pouco detalhe e cobertura insuficiente (apenas empresas) | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano/mês                         | Outras IFM   |
| -   | Procedimento Administrativo   | Direcção Geral do Orçamento   | Informação relativa a impostos   | Cálculo de impostos   | Informação atempada  | Informação com pouco detalhe  | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Famílias e empresas  |
| -   | Procedimento Administrativo   | CCCAM   | Juros recebidos de créditos concedidos, Taxa média do crédito concedido                                | Contribuir com informação para cálculo da informação de Juros Pagos   | Informação atempada e detalhada                                | Cobertura insuficiente (não totalidade das CCCAM)                       | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | CCAM aderentes ao SICAM  |
| -   | Procedimento Administrativo   | IFAP  | Ajudas financeiras à floresta  | Contribuir com informação para cálculo dos subsídios e transferências de capital  | Detalhe e sistematização da informação                         | Desfasamento temporal dos pagamentos de ajudas                          | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Produtores florestais  |
| -   | Outras                        | Associação da Indústria Papeleira (CEIPA)                           | Informação relativa a plantações, compras de madeira e produção de pasta de papel                      | Contribuir com informação para determinação de áreas plantadas, FBCF florestal e produção de madeira                              | Qualidade da informação  | Atrasos na divulgação da informação                                     | Cópia (transmissão por Via electrónica) | Ano                             | Industriais de pasta de papel  |
| -   | Outras                        | Empresas, Outras entidades ligadas à actividade florestal e peritos | Vendas de cortiça à indústria e compras de madeira para pasta de papel                                 | Contribuir com informação para determinação da produção de madeira e cortiça  | Informação complementar  | Escassez de empresas/entidades informadoras                             | Digitação/cópia                         | Ano                             | Empresas/entidades ligadas ao sector florestal/peritos                                     |

## 26. Tratamento dos dados

O tratamento de dados que é feito nas CES respeita as regras gerais do Manual das Contas Económicas da Agricultura e Silvicultura 97, Rev.1.1, edição de 2000, EUROSTAT e é efectuado através de quadros de trabalho, em Excel, onde as variáveis primárias, referidas no ponto anterior, são integradas em cálculos dos quais resultam, com carácter provisório, as variáveis derivadas que se pretendem. As variáveis primárias provêm de diversas fontes de informação, as quais são sujeitas a uma análise comparativa e validações, sendo apenas apropriada a informação mais adequada. A informação provisória das CES passa a definitiva após integração dos dados definitivos das Contas Nacionais.

De um modo simplificado, apresenta-se a seguir parte de um quadro de trabalho das CES. Este quadro engloba apenas a determinação da rubrica Produção, pois trata-se de uma das variáveis com mais peso, para além de que muitas das outras rubricas são directamente extraídas de ficheiros definitivos das Contas Nacionais, não necessitando de tratamento. Com esta apropriação de alguns dados das Contas Nacionais pretende-se uma maior harmonização de todas as contas (de ramo e satélite, neste caso).

| Item | Código New-Cronos | Descrição  | Quantidade | Preço | Valores (preços correntes) | Valores (preços n-1) |
|------|-------------------|--|------------|-------|----------------------------|----------------------|
| 01   | 51000             | Madeira de Resinosas para Fins Industriais       |            |       |                            |                      |
| 01.1 | 51100             | Madeira de Resinosas para Serrar                 |            |       |                            |                      |
| 01.2 | 51200             | Madeira de Resinosas para Triturar               |            |       |                            |                      |
| 01.3 | 51900             | Outra Madeira de Resinosas                       |            |       |                            |                      |
| 02   | 52000             | Madeira de Folhosas para Fins Industriais        |            |       |                            |                      |
| 02.1 | 52100             | Madeira de Folhosas para Serrar                  |            |       |                            |                      |
| 02.2 | 52200             | Madeira de Folhosas para Triturar                |            |       |                            |                      |
| 02.3 | 52900             | Outra Madeira de Folhosas                        |            |       |                            |                      |
| 03   | 53000             | Lenha  |            |       |                            |                      |
| 04   | 54000             | Outros Produtos                                  |            |       |                            |                      |
| 04.1 | 54100             | Cortiça  |            |       |                            |                      |
| 04.2 | 54200             | Plantas Florestais de Viveiro                    |            |       |                            |                      |
| 04.3 | 54300             | Florestação e Reflorestação                      |            |       |                            |                      |
| 04.4 | 54900             | Outros Produtos Silvícolas                       |            |       |                            |                      |
| 05   | 14000             | Produção de Bens Silvícolas (01 a 04)            |            |       |                            |                      |
| 06   | 15000             | Produção de Serviços Silvícolas                  |            |       |                            |                      |
| 07   | 16000             | Produção Silvícola (05+06)                       |            |       |                            |                      |
| 08   | 17000             | Actividades Secundárias Não Silvícolas           |            |       |                            |                      |
| 08.1 | 17100             | Produtos da Transformação de Produtos Silvícolas |            |       |                            |                      |
| 08.2 | 17900             | Outras Actividades Secundárias Não Separáveis    |            |       |                            |                      |
| 09   | 18000             | Produção do Ramo Silvícola (07+08)               |            |       |                            |                      |

As variáveis derivadas podem descrever-se do seguinte modo:



### Produção

O principal conceito utilizado nas CES é o de Produção do Ramo Silvícola e está relacionado com o conceito de produção total. É constituída pela soma da produção de todos os bens e serviços silvícolas e das actividades secundárias não silvícolas não separáveis, como se observa através do quadro de trabalho apresentado acima.

Segundo o SEC 95, a Produção deverá ser avaliada e registada no momento em que é gerada. Nos casos em que este processo produtivo exceda o período contabilístico, esta produção deve ser registada como existências de trabalhos em curso durante esse processo.

Efectivamente, a produção de madeira em pé destinada a ser cortada é uma produção que se estende por vários anos e deve, segundo o SEC 95, ser tratada como existências de trabalhos em curso durante o processo produtivo. Uma vez terminado esse processo, as existências de trabalhos em curso passam a existências de produtos acabados.

Na Base 95, a produção de madeira e cortiça apenas contemplava o abate de árvores e a extracção de cortiça, tendo-se assumido, por simplificação, que não existiam *stocks* no produtor dado que, por se degradar, a madeira cortada e a cortiça não permanecem muito tempo na exploração florestal. Com efeito, a Base 95 das CES não continha a informação relativa ao Crescimento da madeira em pé ou das Florestas. Este cálculo foi implementado na Base 2000, por exigência do EUROSTAT (na sequência de um conjunto de reservas levantado às Contas Nacionais – Ramo 02).

Efectivamente, segundo o SEC 95, dado que a madeira em pé/cortiça na árvore destinadas a serem cortadas são produções que se estendem por

vários anos, deverão ser tratadas como existências de trabalhos em curso. Uma vez terminado o processo produtivo (corte das árvores / tiragem de cortiça), as existências de trabalhos em curso passam a existências de produtos acabados.

Deste modo, o *Crescimento das Florestas* abrange o crescimento de madeira em pé e o aumento de volume de cortiça na árvore entre anos de descortiçamento, o que contribui para uma alteração da Produção Silvícola e, em simultâneo, das existências de trabalhos em curso.

O balanço produção/remoção de madeira e cortiça corresponde à noção de “Crescimento Líquido”, implícita na metodologia sugerida pelo SEC 95, podendo definir-se através da seguinte expressão:

$$\text{Crescimento Líquido de Madeira/Cortiça} = \text{Total de Volume de Produção Anual Lenhosa e Cortiça}^* - \text{Madeira/Cortiça Removida}^{**} - \text{Perdas}^{***} = \text{Variação Anual de Stocks}$$

\* equivale à produção anual de madeira em pé e cortiça

\*\* equivale a produção vendida e autoconsumo

\*\*\* inclui mortalidade natural, perdas decorrentes dos cortes e dos incêndios

Na Produção distinguem-se a Produção de Bens Silvícolas e a Produção de Serviços Silvícolas. A primeira engloba a produção de madeira para fins industriais incluindo crescimento líquido das florestas, lenha, cortiça, plantas de viveiro, resina e plantações florestais. Na segunda estão incluídas as actividades dos serviços prestados à silvicultura e à exploração florestal (ex.: preparação de terrenos; inventário florestal;

execução de avaliações da produção florestal; vigilância, detecção e combate de incêndios e tratamentos fitossanitários).

A Produção é valorizada a preços de base, isto é, acrescentando os Subsídios aos produtos e deduzindo os Impostos sobre os produtos, ao preço no produtor. É determinada a preços correntes, constantes e do ano anterior.

### Consumo Intermédio

O Consumo Intermédio (CI) representa o valor de todos os factores de produção efectivamente consumidos na exploração silvícola durante o processo de produção, no período de tempo considerado (ano civil). Para aqui serem considerados, estes factores de produção deverão ter duração inferior a um ano ou valor inferior a 500 Euros (a preços de 1995).

Estes bens de produção tanto podem ter origem no próprio ramo silvícola (é o caso das plantas florestais de viveiro), como podem ser oriundos de outros ramos, como é o caso dos produtos fitossanitários.

Os dados base para a determinação do CI são obtidos em valor, através da informação das Contas Nacionais, nomeadamente os quadros de recursos e empregos (QRE).

Tal como acontece com a Produção, também o CI é determinado a preços correntes, preços do ano anterior e preços constantes. A informação de Consumo Intermédio não consta do quadro de trabalho, pois é directamente extraída dos ficheiros das Contas Nacionais (ramo 02).

Os bens e serviços que fazem parte do CI são os seguintes:

**Plantas e Sementes** – Inclui todas as plantas e sementes, cuja origem pode ser nacional ou importada, utilizadas na exploração florestal.

**Energia e Lubrificantes** – Inclui o consumo de energia e lubrificantes no processo de produção, tais como a electricidade, o gasóleo, o gás e outros carburantes líquidos ou sólidos.

**Adubos e Correctivos do Solo** – Inclui o consumo de adubos e correctivos (cal, turfa, etc.), de origem nacional ou importada, utilizados pelos silvicultores.

**Produtos Fitossanitários** – Incluem-se os produtos, nacionais ou importados, que visam proteger as plantas de doenças e pragas. São exemplos: os herbicidas, os pesticidas e outras substâncias orgânicas ou inorgânicas.

**Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas** – Inclui-se equipamento de pequeno valor e de duração limitada, como sejam pequenos utensílios, vestuário de trabalho e outro equipamento que não seja considerado bem de capital fixo. São também incluídas as reparações com valor inferior a 500 Euros (a preços de 1995) e a manutenção de material e ferramentas.

**Manutenção e Reparação de Edifícios Silvícolas e de Outras Obras** – Esta rubrica inclui as compras de materiais (cimento, tijolos, etc.), os gastos de mão-de-obra e os gastos totais suportados pelos silvicultores para a manutenção dos edifícios silvícolas ou outras obras, com exclusão dos edifícios de habitação.

Serviços Silvícolas – Estes serviços são produzidos pelo ramo de actividade da silvicultura, pelo que, para além de serem registados como CI, são também contabilizados na produção.

Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM) – Os pagamentos ou recebimentos efectivos de juros de ou aos intermediários financeiros devem ser corrigidos, eliminando-se as margens que representam a remuneração implícita dos serviços fornecidos, ou seja os SIFIM.

Outros Bens e Serviços – Englobam todos os outros custos que não estão incluídos nas rubricas destacadas acima, incluindo os serviços adquiridos a outros ramos de actividade económica, tais como o aluguer de máquinas, despesa de transporte e armazenagem, etc.

A valorização do CI faz-se a preços de aquisição ou a preços à entrada da exploração florestal, que incluem impostos e margens de distribuição.

#### Valor Acrescentado Bruto

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Silvicultura representa o resultado final da actividade produtiva silvícola durante um determinado período de tempo, que neste caso é o ano civil. É um indicador económico fundamental porque permite calcular a produtividade do ramo silvícola, assim como a sua importância relativa no total da economia.

O VAB resulta da diferença entre o valor da Produção do Ramo Silvícola e o valor total do CI necessário para obter essa produção.

|  |
|--|
| $\text{VAB} = \text{Produção do Ramo} - \text{Consumo Intermédio}$ |
|--|

A partir do VAB é possível obter outros indicadores derivados. Assim, outras formas de representar o VAB são seguidamente apresentadas:

$$\text{VAB a preços de base} = \text{VAB a preços no produtor} + \text{Subsídios aos Produtos} - \text{Impostos sobre os Produtos}$$

$$\text{Valor Acrescentado Líquido (VAL) a preços de base} = \text{VAB a preços de base} - \text{Consumo de Capital Fixo}$$

### Subsídios

Os Subsídios correspondem a transferências correntes sem contrapartidas, feitas pelo Estado ou União Europeia a produtores florestais residentes, com o objectivo de influenciar os níveis de produção, os preços ou garantir a remuneração adequada dos factores de produção.

Os Subsídios dividem-se em subsídios aos produtos e subsídios à produção.

Os Subsídios aos Produtos são subsídios pagos por cada unidade de um bem ou serviço produzido ou importado. Apenas podem ser atribuídos à produção mercantil ou à produção para utilização final própria.

Os Subsídios à Produção são constituídos pelos subsídios que as unidades produtoras residentes podem beneficiar devido às suas actividades de produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos, nomeadamente, como ajudas a custos de produção ou apoios a mudanças do método de produção.

O período de referência para registo de qualquer subsídio é o momento em que é devido, isto é, os anos a que a sua entrega (ou pagamento) é devida. Porém, devido a dificuldades das entidades prestadoras da informação, por vezes tal não é possível, seguindo-se o critério do momento de pagamento, isto é, assume-se como momento de registo aquele em que o subsídio é efectivamente pago. Esta prática é corrigida, tanto quanto possível, nos anos definitivos. Esta informação é fornecida pelo IFAP e tratada internamente pelo INE, sendo integrada nos cálculos segundo a metodologia descrita.

### Impostos

São pagamentos obrigatórios sem contrapartida, cobrados pelas Administrações Públicas ou pela União Europeia ao ramo silvicultura, que incidem sobre a produção ou a utilização dos factores de produção.

Os Impostos dividem-se em impostos sobre os produtos e impostos sobre a produção.

Os Impostos sobre os Produtos são impostos devidos por cada unidade de um bem ou serviço produzido ou comercializado.

Os Impostos sobre a Produção representam todos os impostos que as empresas suportam pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

Relativamente ao período de referência, tudo o que foi referido para os subsídios é válido para os impostos. Estes dados não constam do quadro de trabalho transcrito, pois são directamente extraídos dos ficheiros das Contas Nacionais (ramo 02).

### Consumo de Capital Fixo

Representa o desgaste e obsolescência provocados pelo uso dos meios de produção, quer sejam equipamentos ou construções. Esta variável é igualmente extraída dos ficheiros das Contas Nacionais (ramo 02).

### Remunerações dos Assalariados

Esta rubrica equivale ao valor de todos os pagamentos, quer sejam monetários ou em espécie, efectuados no período de referência. Incluem os salários brutos (monetários ou em espécie) e as contribuições sociais a cargo da entidade empregadora. São, pois, consideradas as quotizações sociais a cargo dos empregados, as remunerações contratuais ou facultativas, tais como prémios de produtividade, subsídios de transporte, de férias e de Natal, a remuneração de horas extraordinárias e todas as contribuições legais, convencionais, contratuais ou facultativas, por exemplo, as que dizem respeito a seguros, maternidade, velhice, sobrevivência, desemprego, etc. É que, embora essas contribuições não sejam entregues directamente aos empregados, o montante correspondente faz parte da remuneração auferida pelos trabalhadores assalariados.

O cálculo das remunerações é indissociável do emprego na actividade da silvicultura. Este é expresso, nas CES, pelo Volume de mão-de-obra silvícola, o qual corresponde ao trabalho efectivamente aplicado na produção de produtos silvícolas e das actividades não silvícolas não-separáveis das unidades silvícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não-assalariado.

O cálculo do Volume de mão-de-obra silvícola tem por base a informação de Volume de Emprego das Contas Nacionais (Ramo 02). De modo a garantir coerência com o âmbito de cobertura e as regras da Base 2000 das CES, são feitos ajustamentos para incluir, nomeadamente, a



mão-de-obra relacionada com actividades e produção de produtos não cobertos pelo referido Ramo (ex.: viveiros de Plantas Florestais) e ainda para dispor de informação de carácter regular anual.

### Excedente de Exploração ou Rendimento Misto e o Rendimento Empresarial Líquido

Considerando-se o valor das Remunerações dos Assalariados, as Rendas e os Juros, podem determinar-se outras variáveis macroeconómicas, tais como o Excedente de Exploração ou Rendimento Misto e o Rendimento Empresarial Líquido.

$$\text{Excedente de Exploração} = \text{VAL} - \text{Remunerações dos Assalariados} - \text{Outros Impostos à Produção} + \text{Outros Subsídios à Produção}$$

$$\text{Rendimento Empresarial Líquido (REL)} = \text{Excedente de Exploração} - \text{Rendas} - \text{Juros}$$

### Rendas

Representam o valor pago pelos utilizadores de terra aos seus proprietários, sendo assumidas como a remuneração do factor de produção “Terra”. Esta informação é calculada com base em dados de arrendamento de terrenos, fornecidos pela CELPA.

### Juros a pagar

Representam o valor pago por empréstimos contraídos para satisfazer as necessidades da actividade silvícola, remunerando, assim, o factor de produção “Capital” (alheio). Os Juros deveriam ter como referência o

momento em que são devidos e não o momento em que são pagos, à semelhança do que sucede com os subsídios e os impostos. No entanto, e tal como acontece com estas últimas rubricas, o registo dos Juros está associado ao período de referência em que são efectivamente pagos, por dificuldades na obtenção de informação mais adequada.

Esta informação é calculada com base em dados da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Banco de Portugal e Contas Nacionais (anuais e trimestrais – SIFIM).

#### Juros a receber

Representam o valor recebido de instituições bancárias pelos produtores, mediante aplicações financeiras, que o mesmo fez com capital da actividade silvícola. Por outro lado, o valor estimado dos SIFIM deve ser subtraído dos juros pagos pelos mutuários aos intermediários financeiros e acrescentado aos juros recebidos pelos depositantes. Os gastos são considerados como uma remuneração de serviços fornecidos pelos intermediários financeiros aos seus clientes e não como um pagamento de juros.

#### Formação Bruta de Capital Fixo

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) representa o conjunto de aquisições líquidas de cessões de activos fixos, ou seja, utilizados durante pelo menos um ano, realizadas pelos produtores florestais residentes durante o período de referência, acrescidas de certos aumentos de valor dos activos não produtivos resultantes da actividade de produção das unidades produtivas ou institucionais. A valorização da FBCF é feita a preços de aquisição.

A FBCF divide-se em FBCF em florestação e reflorestação e FBCF em produtos não silvícolas, sendo que, à primeira correspondem as plantações florestais. A FBCF florestal é determinada com base em dados de plantas de viveiro da DGRF e de áreas plantadas da CELPA. A FBCF não florestal é extraída de informação das Contas Nacionais (ramo 02).

As componentes que fazem parte da FBCF são as seguintes:

Plantações – Corresponde ao valor das despesas com novas (ou renovadas) plantações de Sobreiro e Eucalipto, incluindo as despesas de manutenção das plantações.

Máquinas e outros bens de equipamento – Corresponde ao valor das máquinas usadas para o trabalho no solo e outros equipamentos utilizados na exploração florestal.

Material de transporte – Compreende o valor de todos os veículos utilizados no processo produtivo, tais como tractores, camiões ou reboques.

Edifícios da exploração silvícola – Compreende o valor gasto na construção de edifícios novos, nas reparações, nas remodelações e nas beneficiações dos edifícios agrícolas.

Outra FBCF – Inclui beneficiações importantes de terrenos, despesas em programas informáticos, etc.

### Transferências de Capital

As Transferências de Capital englobam as ajudas ao investimento e outras transferências de capital a receber. Devem ser registadas no momento em que o pagamento é devido ou no momento da transferência de propriedade do activo ou da anulação de dívidas, se se tratarem de transferências em espécie.

As ajudas ao investimento são transferências de capital, em dinheiro ou em espécie, efectuadas pelas Administrações Públicas ou pelo Resto do Mundo, a outras unidades institucionais residentes ou não residentes para lhes permitir financiar, na totalidade ou em parte, o custo de aquisição de activos fixos.

As outras transferências de capital abrangem todas as operações de transferência (excepto as ajudas ao investimento e os impostos de capital) que, embora não constituindo operações de distribuição do rendimento, realizam uma redistribuição da poupança ou do património entre os diferentes sectores ou com o Resto do Mundo.

A informação relativa a Transferências de Capital é fornecida pelo IFAP.

### Variação de Existências

Nesta rubrica é registado o valor do Crescimento Líquido das Florestas de Pinheiro-bravo e Eucalipto, bem como o do Crescimento Líquido da Cortiça, pois trata-se de variações de existências de trabalhos em curso. Estes dados são gerados através de modelos de crescimento elaborados pela DGRF.

**27. Tratamento de não respostas:** não aplicável.

## **28. Estimação e obtenção de resultados**

Os resultados das CES, relativos ao ano n-1, têm carácter provisório e são concluídos até 31 de Dezembro. Em simultâneo, os resultados provisórios relativos ao ano n-2 são melhorados com informação de base mais consistente e mais completa, adquirindo carácter definitivo. Não se recorre a estimadores nem software específico. As fontes utilizadas ainda têm carácter provisório quando utilizadas nos resultados provisórios das CES. Quer os resultados provisórios quer os definitivos são determinados nos quadros de trabalho, utilizando para o efeito o Excel.

Na referida data, as CES são enviadas ao EUROSTAT sob a forma de série retrospectiva (início em 1986).

## **29. Séries temporais**

Para além da informação da actual série disponibilizada de CES, na Base 2000, relativa ao período 1986-2006, existe uma série relativa ao período 1990-2001 na Base 95 e outra para os anos de 1980 a 1991, na Base 77.

**30. Confidencialidade dos dados:** não aplicável

## **31. Avaliação da Qualidade Estatística**

### Coerência

Durante o tratamento da informação e dadas as características de estatísticas derivadas das CES, toda a informação é validada e

correlacionada, sendo possível verificar a sua coerência. Para isso são confrontadas, para cada variável, as diversas fontes, podendo haver necessidade de ajustamentos da informação.

Antes da difusão decorre um período de análise, durante o qual são calculados índices, coeficientes e indicadores económicos com o objectivo de melhor avaliar e validar a qualidade e coerência dos dados produzidos.

**32. Recomendações Nacionais e Internacionais:** não aplicável.

### III – CONCEITOS

Apesar da maioria dos conceitos subjacentes à elaboração das CES ser inerente ao MCEAS, é aqui apresentada uma lista, destacando os principais e que se encontram em uso.

Apesar da maioria dos conceitos subjacentes à elaboração das CES ser inerente ao MCEAS, é aqui apresentada uma lista, destacando os principais e que se encontram em uso.

Código: 3194

Designação: PREÇO DE AQUISIÇÃO DE MEIOS DE PRODUÇÃO

Conteúdo: Preço pago pelo agricultor (correspondente à última fase de comercialização), na aquisição de meios de produção, excluindo subsídios e descontos, e incluindo impostos, excepto o IVA dedutível.

Código: 816

Designação: UNIDADE DE TRABALHO ANUAL (U.T.A.)

Conteúdo: Unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 275 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Código: 2314

Designação: PREÇO NO PRODUTOR

Conteúdo: Preço de compra ao agricultor/produtor ou preço de primeira venda pelo agricultor/produtor, à saída da exploração agrícola/unidade produtiva, excluindo subsídios ao produto e incluindo prémios de qualidade (sempre que existam) e impostos, excepto o IVA dedutível.

Código: 4990

Designação: PRODUÇÃO BRUTA (no cálculo da Margem Bruta)

Conteúdo: Produção, em valor monetário, de uma actividade, é constituída pelo Produto Principal, Produto Secundário e Subsídios e Prémios atribuídos à actividade (aos produtos, à superfície ou ao gado).

Código: 5454

Designação: PRODUÇÃO DO RAMO SILVÍCOLA

Conteúdo: Conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações silvícolas (silvicultura, exploração florestal e actividades de serviços relacionados), incluindo os intraconsumos.

Código: 2052

Designação: ACTIVIDADE PRINCIPAL

Conteúdo: Actividade que representa a maior importância no conjunto das actividades exercidas por uma unidade de observação estatística. O critério adequado para a sua aferição é o representado pelo valor acrescentado bruto ao custo dos factores. Na impossibilidade da sua determinação por este critério, considera-se como principal a que representa o maior volume de negócios ou, em alternativa, a que ocupa, com carácter de permanência, o maior número de pessoas ao serviço.

Código: 2067

Designação: EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO (EBE)

Conteúdo: Diferença entre, por um lado, o valor acrescentado bruto e por outro, os custos com o pessoal e os impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Sintetiza a totalidade do valor afecto à remuneração do factor capital.



Código: 2088

Designação: VALOR ACRESCENTADO LÍQUIDO A CUSTO DE FACTORES (VAL cf)

Conteúdo: VAB pm + Subsídios à Exploração – Impostos Indirectos

Código: 2586

Designação: CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Conteúdo: O consumo de capital fixo representa a depreciação verificada, no decurso do período considerado, pelo capital fixo em resultado da utilização normal e da obsolescência previsível, incluindo uma provisão para perdas de bens de capital fixo na sequência de prejuízo acidentais seguráveis.

Código: 2667

Designação: CONSUMO INTERMÉDIO

Conteúdo: O consumo intermédio consiste no valor dos bens e serviços consumidos como elementos de um processo de produção, excluindo os activos fixos, cujo consumo é registado como consumo de capital fixo. Os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo produtivo.

Código: 2672

Designação: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Conteúdo: A formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos activos não produzidos obtidas através da actividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Podem distinguir-se os seguintes tipos de formação bruta de capital fixo: a)

aquisições líquidas de activos fixos corpóreos: habitações e outros edifícios e estruturas, máquinas e equipamento, activos de cultura ou de criação (árvores e efectivos pecuários); b) aquisições líquidas de activos fixos incorpóreos: exploração mineira, programas informáticos, guiões de espectáculos e obras literárias ou artísticas e outros activos fixos incorpóreos; c) melhorias importantes em activos não produzidos corpóreos, nomeadamente nos ligados a terrenos (embora sem incluir a aquisição de activos não produzidos); d) os custos associados à transferência de propriedade de activos não produzidos, como terrenos e activos patenteados (embora sem incluir a própria aquisição destes activos). Ver também §3.93, §3.94 e §3.96 a §3.101 do SEC 95.

Código: 2813

Designação: EXISTÊNCIAS

Conteúdo: Activos produzidos que consistem em bens e serviços concretizados durante o exercício corrente ou um exercício anterior e destinados a venda, ao emprego na produção ou a outro emprego em data posterior. Consistem em matérias-primas e subsidiárias, produtos e trabalhos em curso, produtos acabados e produtos para revenda. São incluídas todas as existências detidas pela administração central, incluindo, ainda que não exclusivamente, as existências de materiais estratégicos, cereais e outras mercadorias de especial importância para a nação.

Código: 2698

Designação: JUROS

Conteúdo: Nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida.

Código: 2682

Designação: REMUNERAÇÕES DOS EMPREGADOS

Conteúdo: As remunerações dos empregados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência.

Código: 2694

Designação: SUBSÍDIOS AOS PRODUTOS

Conteúdo: Os subsídios aos produtos são subsídios pagos por cada unidade de um bem ou serviço produzido ou importado. O subsídio pode consistir num montante monetário específico por unidade de quantidade de um bem ou serviço ou ser calculado "*ad valorem*" sob a forma de uma percentagem determinada sobre o seu preço unitário. Um subsídio pode ainda ser calculado como a diferença entre um determinado preço-alvo e o preço de mercado efectivamente pago pelo comprador. Em geral, os subsídios aos produtos são devidos quando o bem é produzido, vendido ou importado.

Código: 2648

Designação: UNIDADE DE ACTIVIDADE ECONÓMICA AO NÍVEL LOCAL (UAE LOCAL)

Conteúdo: Parte de uma unidade de actividade económica que corresponde a uma unidade local. A UAE agrupa o conjunto das partes de uma unidade institucional na sua qualidade de produtor que contribui para o exercício de uma actividade ao nível da "classe" (4 dígitos) da NACE rev.1.1 (ou subclasse no caso de se utilizar CAE-Rev.2); a UAE corresponde a uma ou várias subdivisões operacionais da unidade institucional. A unidade institucional deve dispor de um sistema de informação que permita fornecer ou calcular para cada UAE, pelo menos, o valor da produção, o consumo intermédio, a remuneração dos trabalhadores, o excedente de exploração, a formação bruta de capital fixo e o volume de emprego.

Código: 2673

Designação: VARIAÇÃO DE EXISTÊNCIAS

Conteúdo: A variação de existências é medida pelo valor da diferença entre, por um lado, as entradas de existências e, por outro lado, as saídas e as perdas correntes de bens constantes das existências. As existências compreendem as seguintes categorias: a) matérias-primas e subsidiárias; b) produtos e trabalhos em curso; c) produtos acabados; d) bens destinados a revenda.

Código: 5645

Designação: VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) / AVALIAÇÃO DO VAB

Conteúdo: Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui, em recursos a produção e, em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os sectores institucionais como para os ramos de actividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

Código: 5787

Designação: VENDAS

Conteúdo: Regista o valor das alienações dos bens (mercadorias; produtos acabados e intermédios; ou subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos) resultantes do desenvolvimento da actividade corrente da empresa.

## IV – CLASSIFICAÇÕES

Segundo o MCEAS, as CES devem respeitar a CPA e a NACE Rev.1.1 e, implicitamente, todas as outras Nomenclaturas de Actividades e Produtos, nomeadamente as nomenclaturas das Contas Nacionais (NCN 2000), CNBS 2002 e CAE – Rev.2.1. Assim, a lista de produtos utilizada nas CES, definida no MCEAS, respeita estas classificações.

Sistematizando:

Código – V00011

Sigla – CPA, 2002

Designação – Classificação Estatística dos Produtos por Actividades na Comunidade Europeia, 2002

Código – V00018

Sigla – NACE Rev.1.1

Designação – Nomenclatura das Actividades Económicas das Comunidades Europeias, Revisão 1.1

Código – Não atribuído

Sigla – NCN 2000

Designação – Nomenclatura de Produtos/Ramos das Contas Nacionais, 2000

Código – V00009

Sigla – CNBS 2002

Designação – Classificação Nacional de Bens e Serviços, 2002

Código – V00001

Sigla – CAE, Rev. 2.1

Designação – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2.1

## V – VARIÁVEIS

**33. Variáveis de observação:** não aplicável

**34. Variáveis derivadas**

As variáveis derivadas das CES são:

✓ Designação: Produção do Ramo Silvícola

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: 10<sup>6</sup> Euro

Fórmula de cálculo: Ver fórmula abaixo (crescimento das florestas)

Classificação associada

Designação: CPA

Nível utilizado: Nível mais desagregado

✓ Designação: Consumo Intermédio

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável (lista de consumos intermédios do MCEAS)

✓ Designação: Valor Acrescentado Bruto

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Produção do Ramo – Consumo Intermédio

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Subsídios

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Impostos

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Consumo de Capital Fixo

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Remunerações dos Assalariados

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Excedente de Exploração e Rendimento Empresarial Líquido

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Ver fórmulas em baixo.

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Rendas

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Juros a pagar

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Juros a receber

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável



✓ Designação: Formação Bruta de Capital Fixo

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Transferências de Capital

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

✓ Designação: Variação de Existências

Unidade estatística observada: Não aplicável

Unidade de medida: Euro

Fórmula de cálculo: Não aplicável

Classificação associada: Não aplicável

### 35. Informação a disponibilizar

A informação pode ser disponibilizada através dos quadros de transmissão ou difusão (em anexo) e, em breve, através do portal do INE, sobre o qual se apresenta a lista provisória de indicadores:

- ✓ Designação: Produção de Bens Silvícolas
- ✓ Designação: Produção de Serviços Silvícolas
- ✓ Designação: Total da Produção do Ramo Silvícola
- ✓ Designação: Total do Consumo Intermédio
- ✓ Designação: Valor Acrescentado Bruto a preços de base
- ✓ Designação: Consumo de Capital Fixo
- ✓ Designação: Valor Acrescentado Líquido a preços de base
- ✓ Designação: Rendimento dos Factores
- ✓ Designação: Rendimento Empresarial Líquido
- ✓ Designação: FBCF em Florestação e Reflorestação
- ✓ Designação: FBCF em Produtos Não Florestais
- ✓ Designação: Transferências de Capital

## **VI – SUPORTES DE RECOLHA**

**36. Questionários:** Não aplicável.

**37. Ficheiros:** Não aplicável.

## **VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS**

CAE-rev.2.1 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2.1

CCCAM – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo

CEA – Contas Económicas da Agricultura

CELPA – Associação da Indústria Papeleira

CES – Contas Económicas da Silvicultura

CI – Consumo Intermédio

CNBS 2002 – Classificação Nacional de Bens e Serviços, 2002

DEE – Departamento de Estatísticas Económicas

DCN – Departamento de Contas Nacionais

DES – Departamento de Estatísticas Sociais

DGRF – Direcção Geral dos Recursos Florestais

EBE – Excedente Bruto de Exploração

EUROSTAT – Serviço de Estatística das Comunidades Europeias

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FIR – Folha de Informação Rápida

GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas (MADRP)

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (MADRP)

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

MCEAS 97-rev.1.1 – Manual de Contas Económicas da Agricultura e da Silvicultura 97, revisão 1.1

NACE-rev.1.1 – Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia, revisão 1.1

NCN 2000 – Nomenclatura das Contas Nacionais, Base 2000

QRE – Quadro de Recursos e Empregos

REL – Rendimento Empresarial Líquido

SEC 95 – Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas, 1995

SEN – Sistema Estatístico Nacional

SIFIM – Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos

SIGINE – Sistema de Informação para Gestão do INE

UAE – Unidade de Actividade Económica

UAEL – Unidade de Actividade Económica ao Nível Local

UTA – Unidade de Trabalho Anual

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VAL – Valor Acrescentado Líquido

VAB pm – Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado

VAL cf – Valor Acrescentado Líquido a Custo de Factores

## **VIII – BIBLIOGRAFIA**

EUROSTAT, Manual de Contas Económicas da Agricultura e da Silvicultura CEA/CES 97 (MCEAS 97) – rev. 1.1

EUROSTAT, Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas (SEC 95)

INE, Documento Metodológico das Estatísticas Florestais

INE, Documento Metodológico do Inquérito Anual à Produção Industrial

INE, Documento Metodológico das Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário

INE, Documento Metodológico das Estatísticas Correntes do Comércio Extracomunitário

INE, Documento Metodológico do Índice de Preços no Consumidor

## ANEXO

## Quadro de Transmissão das CES (Ponto V, exemplo):

| Valores a preços de base         |  | PT |
|----------------------------------|--|----|
| País: Portugal                   |  |    |
| Data:                            |  |    |
| <input checked="" type="radio"/> | Preços correntes (mil euros)                           |    |
| <input type="radio"/>            | Preços constantes relativos ao ano de 2000 (mil euros) |    |
| <input type="radio"/>            | Preço do ano anterior (mil euros)                      |    |

| Item     | Código NewCronos | Contas Económicas da Silvicultura (CES)   | 1986 | ... | ... | 2006 |
|----------|------------------|---|------|-----|-----|------|
| 01       | 51000            | MADEIRA DE RESINOSAS PARA FINS INDUSTRIAIS  |      |     |     |      |
| 01.1     | 51100            | MADEIRA DE RESINOSAS PARA SERRAR  |      |     |     |      |
| 01.2     | 51200            | MADEIRA DE RESINOSAS PARA TRITURAR  |      |     |     |      |
| 01.3     | 51900            | MADEIRA DE RESINOSAS PARA FINS INDUSTRIAIS: OUTRA                                   |      |     |     |      |
| 02       | 52000            | MADEIRA DE NÃO-RESINOSAS PARA FINS INDUSTRIAIS                                      |      |     |     |      |
| 02.1     | 52100            | MADEIRA DE NÃO-RESINOSAS PARA SERRAR  |      |     |     |      |
| 02.2     | 52200            | MADEIRA DE NÃO-RESINOSAS PARA TRITURAR  |      |     |     |      |
| 02.3     | 52900            | MADEIRA DE NÃO-RESINOSAS PARA FINS INDUSTRIAIS: OUTRA                               |      |     |     |      |
| 03       | 53000            | LENHA (RESINOSAS E NÃO RESINOSAS)   |      |     |     |      |
| 04       | 54000            | OUTROS PRODUTOS   |      |     |     |      |
| 04.1     | 54100            | CORTIÇA   |      |     |     |      |
| 04.2     | 54200            | PLANTAS FLORESTAIS DE VIVEIRO   |      |     |     |      |
| 04.3     | 54300            | FLORESTAÇÃO E RE-FLORESTAÇÃO  |      |     |     |      |
| 04.4     | 54900            | OUTROS PRODUTOS SILVÍCOLAS  |      |     |     |      |
| 05       | 14000            | PRODUÇÃO DE BENS SILVÍCOLAS (01 a 04)   |      |     |     |      |
| 06       | 15000            | PRODUÇÃO DE SERVIÇOS SILVÍCOLAS   |      |     |     |      |
| 07       | 16000            | PRODUÇÃO DA SILVICULTURA (05+06)  |      |     |     |      |
| 08       | 17000            | ACTIVIDADES SECUNDÁRIAS NÃO FLORESTAIS (NÃO SEPARÁVEIS)                             |      |     |     |      |
| 08.1     | 17100            | PRODUTOS RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS SILVÍCOLAS                        |      |     |     |      |
| 08.2     | 17900            | OUTRAS ACTIVIDADES SECUNDÁRIAS NÃO SEPARÁVEIS (bens e serviços)                     |      |     |     |      |
| 09       | 18000            | PRODUÇÃO DO RAMO SILVÍCOLA (07+08)  |      |     |     |      |
| 10       | 19000            | TOTAL DO CONSUMO INTERMÉDIO   |      |     |     |      |
| 10.1     | 19010            | PLANTAS   |      |     |     |      |
| 10.2     | 19020            | ENERGIA E LUBRIFICANTES   |      |     |     |      |
| 10.2/1   | 19021            | Electricidade   |      |     |     |      |
| 10.2/2   | 19022            | Gás   |      |     |     |      |
| 10.2/3   | 19023            | Outros combustíveis e carburantes   |      |     |     |      |
| 10.2/4   | 19029            | Outros  |      |     |     |      |
| 10.3     | 19030            | ADUBOS E CORRECTIVOS DO SOLO  |      |     |     |      |
| 10.4     | 19040            | PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS  |      |     |     |      |
| 10.5     | 19070            | MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MATERIAL E FERRAMENTAS                                    |      |     |     |      |
| 10.6     | 19080            | MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS SILVÍCOLAS E DE OUTRAS OBRAS                    |      |     |     |      |
| 10.7     | 19090            | SERVIÇOS SILVÍCOLAS   |      |     |     |      |
| 10.8     | 19900            | OUTROS BENS E SERVIÇOS  |      |     |     |      |
| 11       | 20000            | VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS BASE (09-10)                                      |      |     |     |      |
| 12       | 21000            | CONSUMO DE CAPITAL FIXO   |      |     |     |      |
| 12.1     | 21100            | BENS DE EQUIPAMENTO   |      |     |     |      |
| 12.2     | 21200            | CONSTRUÇÕES E EDIFÍCIOS   |      |     |     |      |
| 13       | 22000            | VALOR ACRESCENTADO LÍQUIDO A PREÇOS BASE (11-12)                                    |      |     |     |      |
| 14       | 23000            | REMUNERAÇÃO DOS ASSALARIADOS  |      |     |     |      |
| 15       | 24000            | OUTROS IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO  |      |     |     |      |
| 16       | 25000            | OUTROS SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO   |      |     |     |      |
| 17       | 26000            | RENDIMENTO DOS FACTORES (13-15+16)  |      |     |     |      |
| 18       | 27000            | EXCEDENTE LÍQUIDO DE EXPLORAÇÃO / RENDIMENTO MISTO (13-14-15+16)                    |      |     |     |      |
| 19       | 28000            | RENDAS A PAGAR  |      |     |     |      |
| 20       | 29000            | JUROS A PAGAR   |      |     |     |      |
| 21       | 30000            | JUROS A RECEBER   |      |     |     |      |
| 22       | 31000            | RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO (18-19-20+21)  |      |     |     |      |
| 23       | 32000            | FBCF EM FLORESTAÇÃO E RE-FLORESTAÇÃO  |      |     |     |      |
| 24       | 33000            | FBCF EM PRODUTOS NÃO FLORESTAIS   |      |     |     |      |
| 24.1     | 33100            | FBCF EM MÁQUINAS E MATERIAIS  |      |     |     |      |
| 24.1/1   | 33110            | FBCF EM MÁQUINAS E OUTROS BENS DE EQUIPAMENTO                                       |      |     |     |      |
| 24.1/2   | 33120            | FBCF EM MATERIAL DE TRANSPORTE  |      |     |     |      |
| 24.2     | 33200            | FBCF EM EDIFÍCIOS DA EXPLORAÇÃO SILVÍCOLA (NÃO RESIDENCIAIS)                        |      |     |     |      |
| 24.3     | 33900            | OUTRA FBCF  |      |     |     |      |
| 24.3/1   | 33910            | FBCF EM ACTIVOS INCORPÓREOS (EX.: PROGRAMAS INFORMÁTICOS)                           |      |     |     |      |
| 24.3/2   | 33920            | ACRÉSCIMOS AO VALOR DOS ACTIVOS NÃO-FINANCEIROS NÃO PRODUZIDOS                      |      |     |     |      |
| 24.3/2/1 | 33921            | FBCF EM BENEFICIAÇÕES IMPORTANTES DE TERRENOS                                       |      |     |     |      |
| 24.3/2/2 | 33922            | CUSTOS ASSOCIADOS À TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE TERRENOS E DIREITOS DE PRODUÇÃO |      |     |     |      |
| 25       | 34000            | FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (EXCLUINDO O IVA DEDUTÍVEL) (23+24)                  |      |     |     |      |
| 26       | 35000            | FORMAÇÃO LÍQUIDA DE CAPITAL FIXO (EXCLUINDO O IVA DEDUTÍVEL) (25-12)                |      |     |     |      |
| 27       | 36000            | VARIAÇÃO DE EXISTÊNCIAS   |      |     |     |      |
| 28       | 37000            | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL   |      |     |     |      |
| 28.1     | 37100            | AJUDAS AO INVESTIMENTO  |      |     |     |      |
| 28.2     | 37200            | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL  |      |     |     |      |

A unidade utilizada nos quadros de divulgação é  $10^6$  € (com duas casas decimais) nos quadros de divulgação.